

## Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura

### Museology of traumatic memories: the Brazilian experience and memories of the dictatorship

*Enviado em: 03-05-2023*

*Aceito em: 21-06-2023*

**Ana Paula Brito<sup>1</sup>**

**Letícia Julião<sup>2</sup>**

#### Resumo

A preservação das memórias traumáticas da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) tem suas primeiras ações ainda durante o período repressivo, com mobilizações de preservação de documentos, como o projeto Brasil Nunca Mais. Mas foi na democracia que as iniciativas de memorialização e patrimonialização ocuparam as vias públicas e foram paulatinamente sendo ressignificadas. Nesse processo, observa-se uma demanda crescente da contribuição da Museologia brasileira em benefício da ampliação do uso do passado dessas memórias traumáticas no presente. Sob esse prisma, a partir da análise da produção do conhecimento acadêmico brasileiro elaborado no campo da Museologia e de áreas congêneres, entre os anos 2014 e 2020, e de um mapeamento dos sítios de Memória e Consciência no Brasil dedicados à Ditadura, propõe-se a discussão sobre uma nova vertente de estudos museológicos: a Museologia de memórias traumáticas.

**Palavras-chave:** museologia de memórias traumáticas; ditadura; sítio de memória e consciência

#### Abstract

The preservation of the traumatic memories of the dictatorship in Brazil had its first actions during the repressive period, with mobilizations for the preservation of documents, such as the Brasil Nunca Mais project. But it was in democracy

---

1 Coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC) e assessora do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Doutora em História, Mestra em Museologia. Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural e licenciada em História. E-mail: [britoanapaulaa@gmail.com](mailto:britoanapaulaa@gmail.com)

2 Professora da UFMG atuando no curso de graduação de Museologia/Escola de Ciência da Informação e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFMG, Promestre/UFMG e Museologia e Patrimônio/UFRGS. Doutora em História. Mestra em Ciência Política. Bacharel e licenciada em História. E-mail: [juliao.leticia@gmail.com](mailto:juliao.leticia@gmail.com)

that memorialization and patrimonialization initiatives occupied the public space and were gradually being re-signified. In this process, there is a growing demand for the contribution of Brazilian Museology to the benefit of expanding the use of the past of these traumatic memories in the present. From this perspective, based on the analysis of the production of Brazilian academic knowledge developed in the field of Museology and similar areas, between 2014 and 2020, and a mapping of Memory and Conscience sites in Brazil dedicated to the Dictatorship, it is proposed to discussion about a new strand of museological studies: the museology of traumatic memories.

**Keywords:** museology of traumatic memories; dictatorship; site of memory and consciousness

## **Introdução**

O passado brasileiro está repleto de experiências de violência que nutrem memórias socialmente traumáticas. Basta lembrar as invasões coloniais, os massacres aos povos originários e a escravização que durou mais de três séculos. A prática dessas incontáveis violências se reconfigura, ganha novos contornos, e sobrevive do período colonial até a contemporaneidade.

O Brasil ainda sustenta a imagem, reconhecida mundialmente, de um país de gente feliz e animada, que sempre dá um “jeitinho” para resolver situações de conflito. As disputas, os momentos críticos e os crimes cometidos contra grupos sociais historicamente marginalizados não figuram na pauta principal dos debates públicos no país ou, pelo menos, há muito pouco tempo têm saído do silêncio. Falar sobre traumas do passado brasileiro e de suas sequelas no presente ainda perdura como uma espécie de assunto interdito ou ignorado para a maioria da população.

Dentre os traumas da história mais recente, sem dúvida, estão aqueles relacionados à ditadura civil-militar (1964-1985). São correntes nos estudos sobre a transição democrática brasileira análises que apontam as limitações com que o Brasil enfrentou seu passado de crimes de lesa-humanidade, sobretudo se comparado com as nações vizinhas, como Argentina e Chile, que conseguiram punir criminosos imediatamente após a retomada da democracia. A Lei de Anistia, resultado de uma conciliação na redemocratização brasileira,

assegurou impunidade dos crimes, funcionando como um mecanismo de manipulação da memória, de esquecimento e silêncio institucionalizado (BRITO, 2019). A responsabilidade penal dos crimes de lesa-humanidade é um tema muito investigado por especialistas da área jurídica, tais como Inês Soares e Lúcia Bastos, que entendem que esse enfrentamento e processo de responsabilização é “[...] essencial para atenuar o sentimento de injustiça e pode contribuir para cicatrizar as feridas e para consolidar a democracia e a cultura de respeito aos direitos humanos” (SOARES; BASTOS, 2010, p. 296).

O silêncio institucionalizado, imposto à população brasileira mediado pela Lei de Anistia, conduziu a nação a um processo de manipulação do esquecimento coletivo sobre esse trauma. Nesse contexto de discussão, o autor Seligmann-Silva (2006) discute a relação entre dever de memória e dever de justiça, pontuando que não é cabível pedir à nação que esqueça os crimes cometidos nos chamados “anos de chumbo”. A questão ganha maior notoriedade pública a partir do final da década de 1990, e o estabelecimento de políticas públicas de memória e verdade tem paulatinamente derrocado o silêncio institucionalizado. Mas a nódoa da impunidade (CUNHA, 2010) permanece e segue preocupando os especialistas que investigam sobre democracia e Direitos Humanos no Brasil.

No contexto de enfrentamento ao tema, observa-se que os estudos sobre as memórias traumáticas da ditadura brasileira alcançaram relevo a partir de meados da década de 1990. Foi nesse período que o tema ganhou notoriedade pública, em razão da descoberta e da abertura da Vala Clandestina de Perus, em um cemitério municipal da cidade de São Paulo, onde, entre os restos mortais, foram identificados desaparecidos políticos da ditadura. Desde então, o Brasil estabeleceu diversas políticas públicas em atendimento à agenda de memória e verdade. Entre as comissões de maior alcance nacional, destacam-se a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), a Comissão da Anistia (2002) e a Comissão Nacional da Verdade (2014).

Diversas outras comissões foram criadas nos estados, municípios e em entidades como universidades e associações. Grupos que atuam com direitos humanos também vêm se organizando desde a transição para o regime democrático para saber mais sobre o período ditatorial, buscando, sobretudo, ações concretas para estabelecimento de verdade e justiça, usando a memória como instrumento de esclarecimentos. Entre os incontáveis grupos organizados, cabe destacar o grupo Tortura Nunca Mais e as associações de ex-presos políticos e familiares de vítimas.

Na Academia, além da produção de teses, dissertações, artigos e livros, vários grupos de pesquisa, redes de pesquisadores e núcleos de estudos vêm se dedicando ao tema, nas mais variadas disciplinas. Entre eles, cabe destacar o portal do Arquivo Nacional – Memórias Reveladas – e a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência<sup>3</sup>, que integra uma rede global acadêmica dedicada a memórias de passados traumáticos.

É possível afirmar que o Brasil avançou nas pesquisas e reflexões sobre memórias traumáticas da ditadura e em iniciativas de reparação. Livros, documentários, indenizações financeiras e morais, filmes, exposições, criação de monumentos, museus, estabelecimento de clínicas de assistência psicológica sinalizam um salto significativo em matéria de políticas públicas de memória, empreendidas durante governos progressistas, a partir das últimas décadas.

Tal processo não se dá, no entanto, sem reveses. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), assistiu-se a um retrocesso, sem precedentes, em relação às políticas públicas de memória. Dentre os diversos entraves, são emblemáticas ações como a suspensão das obras do Memorial da Anistia em Belo Horizonte, em Minas Gerais; o destombamento da Casa da Morte de Petrópolis, no Rio de Janeiro; ou adescontinuidade das ações do Prêmio Memórias Reveladas. Mas, a despeito da gestão negacionista de Jair Bolsonaro, as pesquisas no âmbito acadêmico, juntamente com esforços de grupos de Direitos Humanos, garantiram minimamente a continuidade do

---

3 Saiba mais em: <https://www.rebrapesc.com.br/>. Acesso em 30/04/2023.

processo de enfrentamento das memórias traumáticas. Não foi diferente com o campo da Museologia. A análise da produção acadêmica, oriunda dos cursos de graduação e pós-graduação de Museologia e de áreas congêneres, somada ao mapeamento dos Sítios de Memória e Consciência estabelecidos no país, permite refletir, como se verá adiante, sobre a pertinência de se falar de uma Museologia de Memórias Traumáticas<sup>4</sup>.

### **A Museologia no Brasil e as memórias traumáticas da ditadura**

Para se conhecer a produção sobre o tema no campo da Museologia, estabeleceu-se como recorte temporal o período de 2014 – ano de conclusão do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em 2011 – a 2022. Considerou-se, por conseguinte, que possivelmente os trabalhos da CNV, assim como as recomendações do seu relatório final, sobretudo, em relação à preservação da memória, tenham estimulado pesquisas e ações, muitas das quais pautadas na Museologia.

Para delinear a produção do campo da Museologia nesse período, foram feitas buscas em programas de pós-graduação *strictu sensu* em Museologia; revistas acadêmicas da Museologia; anais de eventos da Museologia; anais de eventos nacionais de áreas congêneres (História, Antropologia e Ciências Sociais); e no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. É possível afirmar que a produção acadêmica ainda é tímida do ponto de vista quantitativo. Foram identificados 23 trabalhos, dos quais foram abordados 22<sup>5</sup>, tendo em vista a possibilidade de acesso à produção. Foram examinadas 4 teses de doutorado, 3 dissertações de mestrado, 11 artigos e 04 ensaios/relatos de experiências.

---

4 O artigo é, em parte, fruto de pesquisa realizada e apresentada na dissertação de mestrado intitulada “Museologia de memórias traumáticas: a produção acadêmica da Museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020)” defendida no Programa de Mestrado em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/255231>. Acesso em 12/04/2023.

5 Após as referências bibliográficas deste artigo, será possível identificar a lista das referências dos trabalhos analisados, divididos pelos blocos de repositórios em que foram buscados.

Por meio de uma abordagem dos metadados das referências bibliográficas é possível identificar a recorrência a autores da Museologia e dos campos da Memória, Patrimônio e da Justiça de Transição. Em um balanço, pode-se afirmar que os trabalhos dialogam ainda pouco com categorias e conceitos da Museologia. Somente quatro dos trabalhos analisados fazem referências aos estudos museológicos, cabendo mencionar a predominância de autoria feminina. Em geral, os pressupostos da Nova Museologia são apresentados como uma espécie de chave que abre as portas da discussão de memórias traumáticas, no território investigativo da Museologia, em diálogo com outras disciplinas.

As conexões entre a Museologia e os estudos de justiça de transição são ainda frágeis. Embora sejam evocados com frequência conceitos da Justiça de Transição, são poucos os trabalhos que se apoiam em autores da área. Vale lembrar que há uma elevada produção com enfoque nas questões do campo do Direito sobre o tema da ditadura. Além de incontáveis artigos, livros e revistas, o periódico “Revista Anistia, política e justiça de transição”, publicado pela Comissão de Anistia, do Governo Federal, possui um robusto compilado de análises de especialistas sobre justiça de transição, que abordam o caso brasileiro.

Outro ponto a ser observado são os termos recorrentes nos títulos, palavras-chaves e resumos dos 22 estudos analisados. Com o auxílio do programa Nvivo<sup>6</sup>, foi possível extrair os termos com maior recorrência, a saber: memória/memórias, museu, espaços, ditadura. Esses são termos que autores brasileiros têm utilizado com mais frequência para abordar as memórias traumáticas. Dentre os trabalhos analisados, muitos constituem estudos de casos; em geral, é o estudo da memória que os conecta a um horizonte comum de análise, e por postularem o tensionamento próprio da pluralidade dessas memórias, observa-se o destaque do termo no plural entre as palavras mais repetidas (BRITO, 2023).

---

<sup>6</sup> Software de análise de dados qualitativos.

Das categorias eleitas para examinar os estudos, fato museal aparece apenas em cinco trabalhos, não sendo um conceito estruturante das análises. Os trabalhos utilizaram o conceito para justificar seu desenvolvimento no campo da Museologia, ressaltando que o objeto de suas respectivas pesquisas estava enquadrado na relação entre a sociedade e o seu patrimônio em um cenário institucionalizado. Já a ideia de reparação social é encontrada em onze estudos, mas quase sempre sem uma discussão mais densa de seu entendimento no campo da Justiça de Transição. Nessa categoria de análise, a perspectiva da memória é identificada como ferramenta social para que nunca mais outros crimes, como os ocorridos na ditadura, voltem a acontecer. A categoria sítio de memória e consciência (SMC), por sua vez, é recorrente nos estudos; o termo aparece em seis trabalhos, dos 22 analisados, demonstrando que esta é uma categoria que possui uma discussão emergente. Em particular, foi possível perceber que em torno de SMC vêm se delineando discussões teóricas articuladas a outros conceitos, igualmente importantes para o campo museológico.

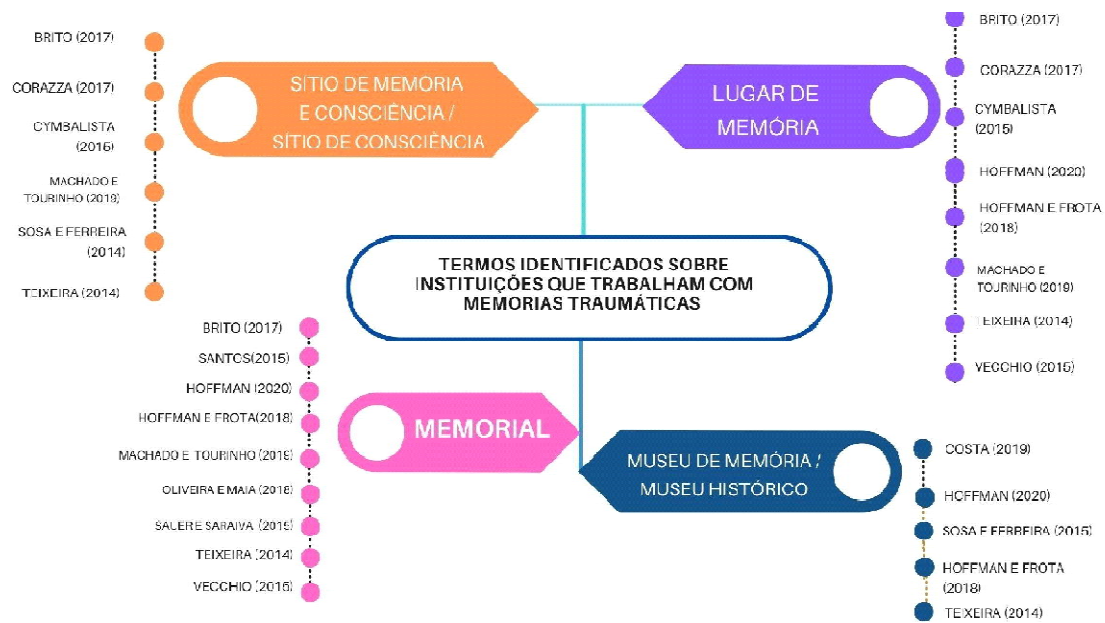
### **O conceito de Sítio de Memória e Consciência-SMC**

Na região latino-americana, a ideia de Sítio de Memória vem sendo discutida há mais tempo e com maior profusão do que no Brasil. No contexto da atuação da *Red Latinoamericana de Sítios de Memoria e Consciencia*, da *Coalition Sites of Conscience*<sup>7</sup>, das organizações de vítimas à Academia, o termo vem sendo operado para se referir a instituições que lidam com memórias de passados traumáticos. Ainda que incipiente, o termo vem adquirindo relevância mais recente em pesquisas realizadas em instituições brasileiras, como identificado nos seis trabalhos mencionados no tópico anterior. É importante ressaltar que, além de SMC, outros termos são empregados pelos estudos para designar espaços dedicados a memórias traumáticas, como se vê na figura 1.

---

7 Saiba mais em: <https://www.sitesofconscience.org/>. Acesso em 13/04/2023.





Fonte: Elaboração própria

**Figura 1:** Nomeações de instituições que trabalham com memórias traumáticas da ditadura, identificados nos 22 estudos analisados na obra de BRITO, 2023.

Importa observar que, independentemente do termo eleito nos estudos, eles são utilizados no sentido de demonstrar que as instituições possuem uma dupla perspectiva, a viabilização de trabalhos de luto, mas, também, e sobretudo, ferramentas para trabalhos de lutas sociais, vinculadas a um dever de memória/reparação e para promoção de uma consciência social. Em alguns dos estudos que empregam SMC, o termo aparece vinculado a processos de musealização *in situ*. Essa é uma das modalidades que confere musealidade ao patrimônio, sem extraí-lo de seu contexto original e que se vincula aos chamados museus de sítio, ecomuseus, território de memória, sítio de memória e outras nomenclaturas. Importante destacar, no entanto, que convencionalmente a ideia de SMC tanto pode se referir a processos de musealização *in situ* quanto a qualquer outro espaço, mesmo que não situado em território que seja foco de memórias traumáticas, mas que se dedique a abordá-las. O valor primeiro dessas instituições de memória é valorizar o respeito aos direitos humanos; em geral, esse é o mobilizador de tais reivindicações e iniciativas e seu objetivo final.



Um sítio de memória tem em sua essência um elemento propulsor dos direitos humanos no presente. É uma instituição cultural dedicada à ativação da memória de passados traumáticos, para a educação e o respeito aos direitos humanos. Reduzir esse entendimento a uma instituição cultural estabelecida em um lugar que foi palco de repressão durante regimes ditatoriais é domesticar uma instituição que passa a ter uma função pouco flexível e dinâmica (BRITO, 2019).

É possível que a produção acadêmica no campo da Museologia tenha se ocupado prioritariamente com a designação dessa tipologia de museu em decorrência das experiências museais que ganharam curso nos últimos anos. Não se pode ponderar a respeito da existência de uma possível Museologia de Memórias Traumáticas, sem compreender o cenário brasileiro de musealização de referências dessas memórias. Se é certo que as reflexões teóricas, no âmbito acadêmico, podem contribuir para qualificar a prática profissional nesses museus, não importa se conceituados como SMC, Memorial ou Lugar de Memória, é indiscutível também que o esforço de teorização seja fomentado por essas vivências de planejamento, implantação e funcionamento desses espaços. Ainda que sejam poucas as instituições no Brasil que se enquadram na tipologia de SMC, algumas experiências merecem ser analisadas.

### **Os Sítios de Memória e Consciência sobre a ditadura estabelecidos no Brasil**

Em 1999, o Brasil criou seu primeiro memorial dedicado às memórias da ditadura civil-militar, o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP). Vinte e um anos depois, o país que dispõe de 27 unidades federativas possui apenas cinco instituições museológicas com funcionamento regular, dedicadas ao tema, as quais são: Memorial da Resistência de São Paulo, Memorial da Democracia da Paraíba, Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de Sapé (MLLC), também na Paraíba, Memorial da Resistência de Fortaleza (MRSF), e Memorial da Democracia de Pernambuco.

O MRSP funciona nas dependências de um antigo cárcere da ditadura na cidade de São Paulo, administrado por uma Organização Social, com recursos do Governo do Estado. Já o MLLC foi criado em 2006 nas dependências da casa onde morou o líder camponês João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas assassinado durante a ditadura, na cidade de Sapé, no estado da Paraíba. Já o MRSF foi criado em 2013 no imóvel onde funcionou um antigo cárcere da ditadura, na cidade de Fortaleza, e é administrado pela Secretaria Municipal de Cultura. Os mais recentes memoriais, da Democracia, nos estados da Paraíba e Pernambuco, são ambos administrados por governos estaduais e instalados em lugares sem nenhuma relação com episódios de repressão ou resistência durante a ditadura. Estas instituições possuem funcionamento regular, ou seja, abrem as portas para atividades semanais<sup>8</sup>; há ainda locais que estão em processo de construção e que não funcionam de forma regular.

O Memorial da Resistência de São Paulo recebeu primeiramente, em 2002, o nome de Memorial da Liberdade. Trata-se da primeira musealização *in situ* sobre a ditadura no Brasil no prédio onde, entre 1940 e 1983, funcionou a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Originalmente, o prédio, de 1914, abrigou o Armazém Central e os escritórios técnicos da Estrada de Ferro Sorocabana. Símbolo da arquitetura ferroviária paulista, em 1999, foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)<sup>9</sup>.

---

8 Cabe registrar que o Memorial da Resistência de Fortaleza está temporariamente com seu funcionamento interrompido, devido a obras no prédio.

9 Para saber mais sobre o processo de constituição do MRSP, sugere-se consulta aos trabalhos dos pesquisadores Carlos Beltrão do Valle (2012), Deborah Neves (2014) e Ana Paula Brito (2019), que discutem elementos importantes quanto à patrimonialização do edifício, conferindo destaque às ações de preservação das memórias da ditadura no local, analisando as diversas disputas ocorridas no âmbito da ocupação que seria feita ao prédio. Ver: VALLE, Carlos Beltrão do. A patrimonialização e a musealização de lugares de memória da ditadura de 1964 – o Memorial da Resistência de São Paulo; 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; e, NEVES, Deborah Regina Leal. A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A ocupação cultural no local começou em 1999, com a realização da peça “Lembrar é resistir”<sup>10</sup>, encenada nas dependências do edifício durante um ano. A musealização posterior é resultado da reivindicação de grupos da sociedade organizada, que interpelaram o Estado para a preservação da memória da ditadura no local. No processo de requalificação de Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência, foram contratados dois ex-presos políticos que atuaram como consultores no processo de elaboração da nova exposição. Com uma aposta mais na resistência do que na repressão, o Memorial, instalado no térreo do edifício, apresenta uma expografia que reproduz algumas das celas em que os presos políticos ficaram detidos durante a ditadura.

À exceção do Memorial da Resistência de São Paulo, as demais instituições museológicas dedicadas às memórias traumáticas da ditadura, com funcionamento regular, estão localizadas em estados do Nordeste. Em 2006, por iniciativa de assentados e camponeses da comunidade rural de Barra de Antes, da cidade de Sapé, na Paraíba, foi criado o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, como resultado de um processo de preservação da memória dos mártires da luta pela terra, assassinados no âmbito das Ligas e Lutas Camponesas, na década de 1960. Por ocasião da celebração dos 40 anos do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira,<sup>11</sup> morto em 02 de abril de 1962, camponesas/es, integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de movimentos pelos direitos humanos e outros movimentos sociais organizaram uma marcha do local do seu assassinato até a casa onde vivia com a família.

A partir dessa manifestação, várias outras ações de memorialização foram paulatinamente conformando a base do futuro memorial, como a coleta de testemunhos, a reunião de documentos e a produção de cartilhas e livros. A

---

10 Autoria de Anely Alvarez e Izaias Almada, 1999.

11 João Pedro Teixeira (1918-1962) foi alçado à condição de herói nacional, tendo seu nome inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas, que se encontra depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, em Brasília-DF, conforme determinação legal (Lei nº 13.598, de 2012).

casa onde havia morado a família Teixeira<sup>12</sup> foi reconhecida como patrimônio e tombada em 2010, sendo desapropriada e cedida, em regime de comodato, ao Memorial. Ali foi instalado um museu de sítio, em 2012, administrado por camponeses. Além de duas salas destinadas a exposições temporárias, o Memorial dispõe de uma exposição de longa duração que apresenta um vídeo e painéis com recortes de jornais e fotografias das Ligas Camponesas e de mártires da luta pela terra, que referenciam as memórias de muitas gerações de luta pela terra, de resistência pela agroecologia, de ações de valorização da educação formal e popular no campo, e de promoção e defesa da vida saudável como direito humano fundamental.



**Figura 02:** Casa onde morou a família Teixeira e abriga a exposição de longa duração e exposições temporárias. Foto: Ana Paula Brito.

Também como resultado da reivindicação de organizações da sociedade civil, como Comitê Memória Verdade e Justiça do Ceará, Coletivo Aparecidos Políticos, Levante Popular da Juventude e a Associação 64/68 Anistia, foi criado em 2013 o Memorial da Resistência de Fortaleza, nas dependências da antiga sede da Polícia Federal, onde funcionou um cárcere

---

12 O núcleo familiar dos Teixeira foi devastado após a morte do líder camponês, devido à perseguição sofrida pela viúva, Elizabeth Teixeira, pelos latifundiários da região. Os irmãos foram separados e Elizabeth precisou viver na clandestinidade, com apenas um de seus onze filhos. O caso é retratado no filme “Cabra Marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho, 1984.

durante a ditadura.<sup>13</sup> Seu espaço físico exíguo, com cerca de 30m<sup>2</sup>, conforma quatro ambientes: entrada, solitária e duas celas, além de corredores, também utilizados para a exposição.

A exposição de longa duração, “Arquivo das sombras”, reúne documentos, fotografias e recursos expográficos, além de explorar prospecções parietais que exibem vestígios materiais do edifício. Há registros preservados no interior das celas e, no exterior de uma delas, foi instalado um painel colorido com fotos de mortos e desaparecidos. Esse painel serve também de base para intervenções do público, que podem fazer inscrições no vidro instalado sob as fotografias.

Atualmente, a instituição, de acordo com um de seus colaboradores, está com processo de ampliação do seu espaço museal, que passará a contar com aproximadamente 100m<sup>2</sup>, com a abertura de mais celas, inclusão de novas salas expositivas e construção de um ambiente externo. O funcionamento/atendimento é vinculado a demandas externas.



**Figura 03:** Detalhes de parte da frente e do verso do folder institucional do Memorial da Resistência de Fortaleza (MRF). Fonte: Acervo institucional do MRF.

13 SOUZA, Ingrid Silva. Lembrar é resistir: Memorial da Resistência em Fortaleza e as lutas pela memória sobre a Ditadura Militar (2012-2013). Monografia do curso de graduação em História. Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, 2017.



O Memorial da Democracia da Paraíba foi criado em 2012 pelo mesmo decreto<sup>14</sup> que instituiu a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVM/PB). Após a finalização do trabalho da CEV/PB e publicação do seu relatório em 2017, o Memorial realizou algumas atividades virtuais com parceiros, dentre os quais a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência. Mas, somente no ano de 2020 lhe foi destinada uma sala para exposição e acolhimento de pesquisadores. Localizada no segundo andar da Fundação Casa José Américo (FCJA), a sala foi aberta ao público em outubro de 2022 com a exposição temporária “Vozes, Vetos e Votos”, que reúne painéis e objetos que contam a história do processo de luta pelo voto no Brasil, com maior ênfase, no estado da Paraíba.



**Figura 04:** Exposição Vozes, votos e vetos, no Memorial da Democracia da Paraíba. Foto: Ana Paula Brito.

Um projeto de curadoria da exposição de longa duração<sup>15</sup> foi elaborado em fevereiro de 2021 e aprovado pela Comissão de Implantação do Memorial.<sup>16</sup> Tendo em vista o espaço expositivo reduzido, adotou-se a

---

14 Decreto no 34.426, de 31/09/2012, assinado pelo governador Ricardo Vieira Coutinho.

15 Curadoria da exposição feita por Ana Paula Brito, pesquisa histórica por Suelen Andrade e pesquisa iconográfica por Fernanda Rocha, apresentada em reunião realizada com a Comissão em 23/02/2021. A principal fonte documental da exposição é o resultado do trabalho desenvolvido pela CEVM/PB, coordenado pelos professores Paulo Giovani e Lúcia Guerra.

16 Na entrega do Relatório Final da CEVPM-PB à sociedade paraibana, o governador do estado publicou o Decreto Governamental nº 2.947/2017, nomeou uma comissão para a

estratégia de revisar e atualizar, a cada ano, parte da exposição, sobretudo os módulos relacionados à diversidade dos grupos que resistiram à ditadura no Brasil. O Memorial não dispõe de autonomia administrativa e nem de uma equipe técnica, funcionando dentro da Gerência Executiva de Documentação e Arquivo da FCJA.

No mesmo ano de abertura ao público do Memorial da Democracia da Paraíba, 2022, foi inaugurado também o Memorial da Democracia de Pernambuco Fernando Vasconcelos Coelho, em decorrência de reivindicação antiga de grupos de vítimas e organizações de direitos humanos de Pernambuco. Localizado no bairro de Casa Amarela, o memorial foi instalado em um imóvel histórico, no Sítio Trindade, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1974, e cedido pela Prefeitura do Recife, para uso por 30 anos<sup>17</sup>. No local, além da casa, há um sítio arqueológico, conhecido como “Forte Real do Bom Jesus”<sup>18</sup>, que exhibe vestígios arqueológicos do período da invasão holandesa.



**Figura 05:** Sala de entrada do Memorial da Democracia de Pernambuco. Foto: Ana Paula Brito

---

instalação do referido Memorial, formada por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Waldir Porfírio da Silva, Shara Rachel Silva Dutra de Medeiros e Lidiana Carvalho Cavalcanti.

17 Informação veiculada nos meios de comunicação oficial da Prefeitura de Recife. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/29/12/2022/recife-ganha-memorial-da-democracia-de-pernambuco>. Acesso em 15/04/2023.

18 Saiba mais sobre o sítio arqueológico em: [http://www.recife.pe.gov.br/2010/05/14/achados\\_arqueologicos\\_sao\\_objetos\\_de\\_exposicao\\_no\\_sitio\\_trindade\\_171847.php](http://www.recife.pe.gov.br/2010/05/14/achados_arqueologicos_sao_objetos_de_exposicao_no_sitio_trindade_171847.php). Acesso em 14/04/2023.



A exposição reúne importantes e variados tipos de documentos, provenientes de acervos, como o da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Três obras de arte integram a exposição, duas do lado externo e uma na sala de entrada. A sala de entrada, nomeada<sup>19</sup> de “Alma pernambucana”, exhibe fotografias e nomes de pessoas ilustres do estado, tais como Paulo Freire, Gilberto Freire, Dona Biu e outras mulheres. Na sala dedicada às “Lutas contra a escravidão e pela liberdade”, um conjunto de fotografias de personagens é apresentado com a legenda “Retratos de mulheres e homens afro-pernambucanos que participaram das lutas abolicionistas, alguns dos quais, integravam o Clube Capim (fim do séc. XIX)”. Era de se esperar que fosse também feita a identificação devida desses personagens, com dados inclusive existentes na FUNDAJ, a exemplo da fotografia de Sebastião Grande de Arruda, abolicionista do Recife, e não uma legenda geral para essas personalidades históricas, cujas atuações foram historicamente silenciadas na história.



### **Sebastião Grande de Arruda, Década 1880**

*Alfredo Ducasble*

Albumina, *carte cabinet* (reprodução)

Coleção Francisco Rodrigues

Acervo Coordenação-Geral de Estudos de  
História Brasileira, Fundação Joaquim Nabuco  
(Cehibra/Fundaj)

**Figura 06:** Fotografia de Sebastião Grande de Arruda. Fonte: Acervo FUNDAJ.

É importante mencionar que todas essas instituições, com exceção do Memorial da Resistência de São Paulo, funcionam em condições precárias, com pessoal e recursos insuficientes. Muitas não dispõem de pessoal

---

19 Nomeações feitas pelo projeto de curadoria em setembro de 2022. O catálogo da curadoria foi entregue na solenidade de abertura do Memorial, em dezembro de 2022.

especializado e contam com o trabalho de colaboradores. Apesar de terem o apoio do Poder Público para serem criadas, isso não ocorre para a sua manutenção e o desenvolvimento museológico.

É preciso mencionar outras iniciativas, cujos processos de musealização estão em curso ou foram suspensos. Há casos também de funcionamento irregular de instituições que já foram abertas ao público. Como os memoriais abordados acima, são iniciativas que respondem a reivindicações de grupos da sociedade civil, que atuam articulados, na maioria das vezes, com órgãos públicos. Em decorrência de conjunturas políticas regionais ou mesmo nacionais, sofrem descompassos e descontinuidades em seus processos de constituição e permanência.

Estão neste rol o Memorial da Luta pela Justiça, inaugurado com a exposição temporária “Vozes da Defesa”, instalado nas dependências da antiga Auditoria Militar da cidade de São Paulo, em prédio tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). O Memorial dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro é um projeto que segue em disputa para ser instalado no antigo cárcere da ditadura na cidade do Rio de Janeiro. De um lado, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro quer construir o Museu da Polícia, do outro, organizações de direitos humanos, como o Grupo Tortura Nunca Mais, entre outros, lutam pela criação do Memorial.

Outra iniciativa é o Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais, a ser instalado no prédio tombado nas esferas estadual e municipal do antigo DOPS/MG, em Belo Horizonte. O projeto encontra-se em desenvolvimento, no âmbito do Governo do Estado de Minas Gerais, e conta com a parceria da Universidade Federal de Minas Gerais. Projeto também em andamento, o do Centro de Memória Frei Tito de Alencar Lima, deverá ser instalado na casa, tombada e desapropriada, onde morou o dominicano, em Fortaleza, no Ceará. O projeto conta com investimentos de recursos públicos, além dos esforços de grupos da sociedade civil.

Há outros casos, que envolvem disputas, com avanços e retrocessos, como o do imóvel onde funcionou um centro clandestino, o antigo DOI-Codi de São Paulo, conhecido entre os agentes da repressão como “Casa da vovó”.<sup>20</sup> Uma comissão interinstitucional, coordenada pelo CONDEPHAAT, vem desenvolvendo um projeto<sup>21</sup> de ocupação museológica no local. Em Porto Alegre, o antigo Centro Clandestino de Repressão, conhecido como Dopinho entre os ex-presos políticos, é um caso que ganhou notoriedade. O imóvel, que passou por um processo de tombamento pelo IPHAN não concluído e arquivado<sup>22</sup>, é reivindicado para ser transformado no Memorial Ico Lisboa, por coletivos de ex-presos políticos, familiares de vítimas e militantes de Direitos Humanos.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar o centro clandestino que ficou conhecido como a Casa da Morte de Petrópolis, no Rio de Janeiro. A descoberta de seu uso durante a ditadura teve grande repercussão nacional durante as investigações feitas pela CNV, quando a única sobrevivente viva à época, Inês Etienne Romeu, compartilhou relatos decisivos para a sua identificação. O imóvel foi tombado como patrimônio histórico pelo órgão de preservação municipal, desapropriado, destombado e segue sendo reivindicado para ser criado no local um centro de memória.

Todas essas experiências, bem-sucedidas ou não, têm interpelado a Museologia brasileira. Têm demandado construir abordagens muito específicas, porque estão em jogo memórias enquadradas em campo de forças de intensas disputas; porque estão em jogo passados violentos e traumáticos que implicam construir uma ética condizente com a comunicação pública de sofrimentos.

---

20 GODOY, Marcelo. A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991). São Paulo. Editora Alameda, 2014. p. 19.

21 Saiba mais sobre essa iniciativa e disputa em: NEVES, Deborah. DOI-CODI A Experiencia de preservação de um patrimônio sensível. Revista Contenciosa. Argentina, 2018.

22 Saiba mais sobre esse processo de tombamento e a disputa de musealização em: CUSTÓDIO, Jacqueline. Dopinho, entre evocar e apagar: as disputas de memória relativas ao DOPS/RS. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

## **Sobre a pertinência de uma Museologia de Memórias Traumáticas**

Ainda que haja muito a avançar em termos de estudos e de experiências de memorialização, patrimonialização e musealização do passado da ditadura, observa-se que a Museologia vem se ocupando de forma crescente do tema, assinalando um cenário promissor em âmbito nacional. É possível afirmar, portanto, haver uma nascente museologia de memórias traumáticas no Brasil. Linhas de pesquisa, artigos científicos, produção de teses e dissertações, sempre na transversalidade de campos de conhecimento, atestam essa tendência, assim como projetos de musealização implantados ou em andamento. Todas essas reflexões e iniciativas acumuladas concorrem para consolidar a perspectiva museal de memórias traumáticas, referentes não apenas ao período da ditadura civil-militar, mas a tantos outros passados marcados por violências e crimes de lesa-humanidade.

Sustentam o argumento de uma museologia de memórias traumáticas algumas especificidades implicadas nesses processos de musealização. Sob o prisma das exposições, é notável o desafio que se impõe a esse tipo de trabalho museológico de comunicar conteúdos sensíveis para diferentes públicos. Há limites humanos que precisam ser respeitados e muitos museus têm utilizado recursos que sinalizam estes conteúdos ou mesmo recomendam faixas etárias. É claro que a emoção é uma grande aliada para gerar empatia, mas sua ativação precisa ser conduzida com precaução. É tentador o uso de estratégias, dentre as quais as chamadas exposições imersivas, que evocam ou fomentam um clima de tensão, medo ou terror – sentimentos comumente associados a esse tipo de memória. Mas convém avaliar o risco da “disneyficação” de traumas musealizados. É preciso estar atento aos limites éticos da exibição da dor, das torturas, das violências, dos traumas. O discurso da expografia pode e deve trazer emoção, mas sem prejuízo do seu compromisso com a construção de uma consciência histórica e cidadã.

De outra parte, as curadorias de exposições de memórias traumáticas são desafiadas a acolher os conflitos de memória e as manipulações dos esquecimentos públicos. Soma-se a isso a importância de

compreender o lugar dos testemunhos e enfrentar o perigo das narrativas únicas. Segundo o alerta de Ricard Vinyes (2009), pesquisadores devem agir com cautela ao se depararem com o chamado “estatuto da vítima”, evitando processos de heroicização. O cruzamento de fontes é indispensável e as controvérsias oferecem mais chances de ressignificações de fatos históricos.

Listas de nomes e fotografias são recorrentes nesse tipo de exposição, mas o recurso demanda cuidados, como autorizações das vítimas e/ou de seus familiares, sob pena de se violar privacidades, infligir constrangimentos. O oposto também deve ser observado, ou seja, o risco de esquecimentos, apresentando uma lista incompleta, com omissão de pessoas.

Importa destacar também que a museologia de memórias traumáticas se inscreve no quadro de pressupostos da decolonialidade. Tratar de memórias de um passado de violências, de crimes de lesa-humanidade, de histórias periféricas e contestadas significa, tanto do ponto de vista do museu quanto da museologia, conceber a multiversidade de corpos de conhecimento, estéticas, visões e narrativas, de modo a operar uma mudança de centralidade, que logra abandonar o lastro da colonialidade (PORTO, 2016). Nessa direção, é possível reconhecer uma estratégia determinante dessa virada do lugar de enunciação, que tem se tornado recorrente em sítios de memória e consciência, que é a curadoria compartilhada ou colaborativa. Consultas públicas, diálogos ou mesmo a atuação direta com atores sociais importantes na preservação dessas memórias têm assegurado a esses museus trazer para o primeiro plano perspectivas e conhecimentos de protagonistas de lutas e resistências.

Outras peculiaridades merecem menção quando se trata da musealização de memórias traumáticas. Embora não seja debatido, sabe-se que o trabalho com esse tipo de memória afeta pesquisadores, curadores, educadores, entre outros profissionais que lidam cotidianamente com histórias de violências. Também não se pode esquecer que, como em qualquer discurso expositivo, não há neutralidade possível no trabalho com esse tema. A valorização dos Direitos Humanos e a defesa da dignidade da pessoa humana

não comporta que o museu se desincumba de sua função social e negocie sua narrativa institucional.

Finalmente, ressalta-se o quanto a museologia de memórias traumáticas é movida pela missão do “Nunca mais”. Bastante difundido em toda a região latino-americana, o emblema faz alusão às memórias traumáticas dos regimes ditatoriais que assolaram o continente entre as décadas de 1960 a 1980. No caso brasileiro, sobretudo nas últimas duas décadas, a memória tem sido reivindicada por organizações da sociedade civil e por agentes públicos como elemento a ser preservado para que novos crimes como os da ditadura não voltem a ocorrer. O mesmo ocorre com pesquisadores acadêmicos, como mostra Brito (2023), que aponta um percentual significativo de investigadores que apresentam a memória como ferramenta social para assegurar o “nunca mais”. O “NeverAgain”, “Nunca más” ou “Nunca Mais” é uma aposta na memória como catalisadora de um movimento que impeça a repetição de situações semelhantes aos acontecimentos do passado.

No entanto, é importante analisar a pertinência e os limites dessa perspectiva de uma memória salvadora, como advertem Ricard Vinyes e Elizabeth Jelin (2021). Será que a preservação da memória poderá, de fato, salvar uma sociedade de investidas autoritárias? Se não é papel da memória dar garantias contra reincidências de violações de direitos humanos, qual a função das políticas de memórias? O que poderão as instituições de memória diante de um cenário de crescimento, em todo mundo, da extrema direita? O que pode a memorização do período da ditadura civil-militar diante da experiência recente de um governo, no Brasil, que sistematicamente violou direitos humanos e desprezou os valores democráticos? Seria possível evitar as tentativas de golpes, como a do dia 08 de janeiro de 2023?





**Figura 07:** Atentado à Democracia e depredação dos prédios dos três poderes, em Brasília. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil.

Caberá à Museologia e às áreas afins avançar nesse debate. Mas a imagem acima pode contribuir com uma reflexão sobre a importância de não negligenciar a existência dos conflitos e disputas da memória no espaço público. Entendemos que a memória pode ser uma importante aliada para que a sociedade atue na defesa e no fortalecimento da democracia, bem como na promoção dos direitos humanos no país.

### Referências bibliográficas

BRITO, Ana Paula Ferreira de. Museologia de memórias traumáticas: a produção acadêmica da Museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020). **Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2023.

BRITO, Ana Paula Ferreira de. Quando o cárcere se transforma em museu: processos de transformação de centros de detenção em sítios de memória no Cone Sul (1990-2018). 2019. 320 f. **Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRITO, Ana Paula Ferreira de. **Escrachos aos torturadores da Ditadura**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.



CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e a Anistia no Brasil: um dueto desarmônico. **Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs**, de 25 a 29 de outubro de 2010, em Caxambu/MG. ISSN 2177-3092.

CUSTÓDIO, Jacqueline. Dopinho, entre evocar e apagar: as disputas de memória relativas ao DOPS/RS. **Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991)**. São Paulo. Editora Alameda, 2014. p. 19.

JELIN, Elizabeth. VINYES, Ricars. **Cómo será el pasado: Una conversación sobre el giro memorial**. Buenos Aires: Ned Ediciones, 2021.

NEVES, Deborah Regina Leal. A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. **Dissertação (Mestrado em História Social)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEVES, Deborah Regina Leal. DOI-CODI A Experiencia de preservacao de um patrimonio sensível. **Revista Conteciosa**. Argentina, 2018.

PARAÍBA. Decreto no 34.426, de 31/09/2012. Cria a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba e o Memorial da Democracia da Paraíba. João Pessoa, 2021.

PORTO, Nuno. Para uma Museologia do sul global. Multiversidade, descolonização e indigenização dos museus. **Revista Mundaú**, 2016, n.1, p.59-72

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Anistia e (in) justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. **Literatura e Autoritarismo, Memórias da Repressão**, n.9, 2006. p. 04.

SOARES, Inês. BASTOS, Lúcia. Direito à verdade na Corte Interamericana de Direitos Humanos: as perspectivas no julgamento do Brasil (Caso Araguaia). **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** / Ministério da Justiça. – N. 3 (jan. / jun. 2010). – Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.288-306.

SODARO, A.; MENEGUELLO, T. C. Tradução: "Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu". **PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207 - 231, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019207>. Acesso em: 12/11/2021.

SOUZA, Ingrid Silva. Lembrar é resistir: Memorial da Resistência em Fortaleza e as lutas pela memória sobre a Ditadura Militar (2012-2013). **Monografia do curso de graduação em História**. Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, 2017.

VALLE, Carlos Beltrão do. A patrimonialização e a musealização de lugares de memória da ditadura de 1964 – o Memorial da Resistência de São Paulo; 2012. **Dissertação de Mestrado em Memória Social**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

VINYES, Ricard (Ed.) **El Estado y la Memoria**. 1. edição. Buenos Aires: Del Nuevo extremo: RBA (Espanha), 2009.

### **Referências bibliográficas dos trabalhos analisados no contexto do estudo da museologia de memórias traumáticas por Brito (2023)**

#### **Dissertações de mestrado em Museologia**

CORAZZA, Bianca. Organizações sociais de cultura: um modelo de gestão sob o ponto de vista da Museologia – Um estudo de caso do Memorial da Resistência de São Paulo. **Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia** – USP, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-20102017-082515/pt-br.php>. Acesso em 22/06/2023.

SANTOS, Maria de Fátima dos. As instâncias da gestão de museus vinculados ao Governo da Bahia: uma análise das políticas e das ações socioculturais e educativas de 1967-2013. **Programa de Pós-Graduação em Museologia** – UFBA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19002/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Maria%20de%20F%C3%A1tima%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em 22/06/2023.

TEIXEIRA, Karina Alves. O patrimônio imaterial sob a ótica dos museus: novas aproximações, perspectivas e rupturas. **Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia** – USP, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-27042015-162323/publico/KarinaTeixeiraORIGINAL.pdf>. Acesso em 22/06/2023.

#### **Artigos das revistas da Museologia**

BUENO, Chris. Políticas de patrimonialização evidenciam locais de conflito e luto. **REVISTA SBPC**, Vol. 71 no 2 (2019). Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000200018](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200018). Acesso em 22/06/2023.

COSTA, Carina Martins. Educar em museus históricos: entre deveres e devires da memória. **Revista Museu Histórico Nacional**, vol. 51 (2019). Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/140>. Acesso em 22/06/2023.

CYMBALISTA, Renato. Jornada “Lugares de Memória e Consciência em São Paulo”. **REVISTA CPC**, No 18 (2015). Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/88621/92658>. Acesso em 22/06/2023.

HOFFMAN, Felipe Eleutério e FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Museus e Memórias da Repressão e Resistência em Belo Horizonte: reflexões sobre o espaço construído na produção de lugares de memória. **Revista MAST**. Vol. 11 no 2 – 2018. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/tainacan/periodicos/museus-e-memorias-da-repressao-e-resistencia-em-belo-horizonte-reflexoes-sobre-o-espaco-construido-na-producao-de-lugares-de-memoria/>. Acesso em 22/06/2023.

SÁ, Ivan Coelho de. Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 – 1970. **REVISTA UNB**, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/27323>. Acesso em 22/06/2023.

SOSA, Ana Maria e FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil. **Revista MAST**, vol. 7 no 1 – 2014. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/333>. Acesso em 22/06/2023.

#### **Artigos publicados em eventos de áreas afins: ANPUH, ANPOC, ABA:**

BRITO, Ana Paula. Compartilhando metodologias de preservação de memórias do passado recente: os arquivos de história oral em sítios de memória do Cone Sul. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia**, 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488733703\\_ARQUIVO\\_BRITO\\_AnaPaula.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488733703_ARQUIVO_BRITO_AnaPaula.pdf). Acesso em 22/06/2023.

CIOCCARI, Marta. Os camponeses e o regime militar: reconstruindo memórias traumáticas. **39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2015. Disponível em: Acesso em 22/06/2023.

COSTA, Bárbara Rossin. Caso Vladimir Herzog: um debate sobre memória e simbolismo. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014. Disponível em: Acesso em 22/06/2023.

GOULART, Barbara. Lembrando o passado autoritário: memórias sobre a ditadura militar no Brasil. **40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2016. Disponível em: Acesso em 22/06/2023.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de e MAIA, Rousiley Celi Moreira. O complicado papel de vítima: a ressignificação da ditadura militar no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. **42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2018. Disponível em: Acesso em 22/06/2023.

OLIVEIRA, Adrielly Natharry Leite da Silva, Entre o passado e o presente: a memória militar sobre o golpe de 1964 nas páginas da Revista do Clube Militar. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427993290\\_ARQUIVO\\_Entreopassadoeopresenteamemoriamilitarsobregolpede1964naspaginasdaRevista.doClubeMilitar.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427993290_ARQUIVO_Entreopassadoeopresenteamemoriamilitarsobregolpede1964naspaginasdaRevista.doClubeMilitar.pdf). Acesso em 22/06/2023.

SAUER, Sérgio e SARAIVA, Regina Coelly Fernades. (Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade. **39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2015. Disponível em: Acesso em 22/06/2023.

SILVA, João Batista Teófilo. A invenção do passado e a construção do presente: imprensa e memória no longo fim da ditadura civil-militar (1974-1985). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427744261\\_ARQUIVO\\_AinvencaodopassadoeaconstrucaodopresenteTRABALHOCOMPLETOANPUH2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427744261_ARQUIVO_AinvencaodopassadoeaconstrucaodopresenteTRABALHOCOMPLETOANPUH2015.pdf). Acesso em 22/06/2023.

WASSERMAN, Claudia. O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. **Revista da ANPUH**, v.34, nº 67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/hYhMkXjXLJHmxmfnf4cGjk8x/?lang=pt>. Acesso em 22/06/2023.

### **Artigos e Teses encontrados no repositório da CAPES**

HOFFMAN, Felipe Eleuterio. Museus e Memórias da Repressão e da Resistência no Brasil: um Estudo Sobre Documentos, Justiça de Transição e os Espaços de Rememoração. (Tese de doutorado). **Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45240>. Acesso em 22/06/2023.

JORDÃO, Fabricia Cabral de Lira. As atuações e contribuições institucionais de artistas e intelectuais no campo das artes visuais durante o período da redemocratização brasileira (1974-1989). (Tese de doutorado). **Programa de Pós-graduação em Artes Visuais**. Universidade de São Paulo, 2018.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-22102018-185518/pt-br.php>. Acesso em 22/06/2023.

MACHADO E SILVA, Marina Busson, TOURINHO, Andréa de Oliveira. Lugares de Memória Difícil: Iniciativas de Preservação na Cidade de São Paulo. **Revista Arq.urb**, número 25 | maio - agosto de 2019. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/17>. Acesso em 22/06/2023.

SANTOS, Adriana Cecilia Gianvecchio. Presença na ausência: amnésias políticas e resistências poéticas na memória da ditadura civil-militar brasileira (1964-1981). (Tese de Doutorado). **Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**.